



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 19 de março de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Indústria lidera processos no Ministério Público do Trabalho 1
VEICULAÇÃO LOCAL

DIÁRIO DO AMAZONAS

Ministério em alerta para risco de desabastecimento no Pólo Industrial de Manaus 3
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

AMERICANO CHEGA PARA ´RECOMEÇAR´ RELAÇÃO COM BRASIL 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

EM VISITA SIMBÓLICA AO BRASIL, OBAMA QUEBRA INÉRCIA BILATERAL APÓS OITO ANOS 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

O FÓRUM DE CEOS CHEGOU EM BOA HORA 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Vandalismo continua em obra de Jirau 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

O Fórum de CEOs chegou em boa hora :: Fernando Pimentel 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

´´´FOGO AMIGO´´´ NA ECONOMIA OBRIGA DILMA A INTERVIR E APAZIGUAR CLIMA NA EQUIPE 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Amazonas sedia 7% do total de empresas japonesas no Brasil 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTOS E NAVIOS

Camex avalia guerra fiscal na importação 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

JORNAL DIA A DIA

Desabastecimento de peças japonesas preocupa, admite governo 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>		EDITORIA
	TÍTULO Indústria lidera processos no <u>Ministério</u> Público do Trabalho		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Com o crescimento dos processos no setor, o MPT pretende direcionar suas ações para o Polo Industrial de Manaus (PIM).

Manaus - A indústria lidera os processos do Ministério Público do Trabalho (MPT) de exposição de risco ao trabalhador entre os 360 procedimentos abertos em 2010 e os 24 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados com as empresas. A informação é do procurador-chefe do órgão, Jorsinei Dourado do Nascimento.

Com o crescimento dos processos no setor, o MPT pretende direcionar suas ações para o Polo Industrial de Manaus (PIM). “Vamos fazer um trabalho de fiscalização de massa, principalmente naquelas empresas que registram grandes números de acidentes e afastamentos do trabalho, conforme informações do INSS. Queremos fazer um trabalho de mudança na melhoria do meio ambiente de trabalho destes locais”, afirma Nascimento.

Segundo Nascimento, no ano passado o MPT arrecadou cerca de R\$ 2,5 milhões em multas emitidas para empresas que descumprem a legislação trabalhista, mas existem cerca de R\$ 100 milhões em multas aguardando decisão judicial.

Outro problema que receberá atenção especial do Ministério Público este ano será o combate ao trabalho escravo, que, segundo o procurador-chefe, tem crescido no Amazonas.

No ano passado a coordenadoria do MPT que analisa estes casos recebeu 19 casos de situações de trabalho análogo ao da escravidão. Este ano já são oito casos.

De acordo com Jorsinei, o crescimento do número de casos deste tipo está estritamente relacionado à exploração ilegal de madeira. O procurador lembrou que no ano

passado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entregou um relatório apontando o Amazonas como a última fronteira do País desse tipo de crime.

“O que sobrou de floresta está aqui e historicamente o Amazonas nunca foi alvo de desmatamento, assim a fiscalização também é pequena. Com isso, o desmatamento começou a avançar para o Estado e o trabalho escravo está muito ligado ao desmatamento”, explica.

Para o procurador-chefe, combatendo o trabalho escravo nestas atividades é possível quebrar a cadeia produtiva e criminoso gerada pelo desmatamento, que inclui desde o explorador ilegal até as cidades que se formam a partir desta exploração, onde são comuns outras práticas criminosas.

O MPT atua na investigação de denúncias e na manutenção das leis de trabalho. O órgão recebe denúncias trabalhistas coletivas de qualquer natureza, seja por falta de pagamento de salários até exploração de trabalho infantil.

Qualquer pessoa pode procurar o MPT e, segundo o procurador-chefe, a identidade do denunciante é mantida em sigilo.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Ministério em alerta para risco de desabastecimento no Pólo Industrial de Manaus		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A declaração mostra que o governo já ligou o sinal de alerta sobre o fornecimento de peças e partes de eletroeletrônicos comprados do Japão.

O secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira, disse que empresas da **Zona Franca de Manaus (ZFM)** manifestaram preocupação a respeito de um possível desabastecimento nas próximas semanas.

A declaração mostra que o governo já ligou o sinal de alerta sobre o fornecimento de peças e partes de eletroeletrônicos comprados do Japão. “Eles já disseram que estão preocupados com o risco de faltar componentes. Mas ainda não está faltando nada”, afirmou, depois de participar de evento relativo ao lançamento de um programa de inovação para o setor sucroalcooleiro, que terá R\$ 1 bilhão de incentivo entre 2011 e 2014 do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do **Ministério** da Ciência e Tecnologia.

A tendência é que essas empresas comprem peças em outros países, indicou Teixeira. Segundo ele, o Japão é o segundo principal parceiro comercial do **Brasil** na Ásia, atrás apenas da China. O secretário também revelou apreensão com o fato de a **produção** automobilística japonesa estar funcionando de forma bastante precária. “É uma questão que terá que ser equacionada. Certamente, terá efeitos na **produção** mundial”, observou.

Ele informou que esteve no **Amazonas** e ouviu da **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus (Suframa)** temores de que possa haver desabastecimento de componentes e peças que vêm de fornecedores baseados no Japão.

Governo monitora

O secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira disse que teve a oportunidade de estar em **Manaus** e que o governo está **monitorando** a situação do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**. “Dentro do possível, poderemos auxiliar essas empresas para ver o que fazer dentro do **Ministério**”, afirmou.

Segundo ele, as empresas ainda têm estoques de peças e componentes. Se eles terminarem, as companhias da **Zona Franca** terão que buscar fornecedores alternativos. O presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho, disse que está **monitorando** os problemas no Japão e seus reflexos no Brasil. Por ora, o banco de fomento não vê necessidade de criar uma linha especial de financiamento para as indústrias da **Zona Franca**, segundo Coutinho.

De acordo com a Ana Maria Souza, coordenadora-geral de estudos econômicos da **Suframa**, as empresas afirmaram que têm estoque para manter os níveis de **produção**. Mesmo que o abastecimento não volte ao normal, a indústria brasileira pode dar a volta por cima, pelo menos na área de peças para motos.

“O segmento tem nacionalização de 75%, a cadeia está preparada”, afirmou Ana Maria, no meio da semana. No de eletroeletrônicos, a situação pode se complicar um pouco mais devido à dificuldade de encontrar outros **mercados** de fornecimento.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO AMERICANO CHEGA PARA 'RECOMEÇAR' RELAÇÃO COM BRASIL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ex-chanceleres veem iniciativa do americano, que vem ao País antes de Dilma visitá-lo, como sinal de mudança no diálogo bilateral

Gabriel Manzano - O Estado de S.Paulo

É um bom recomeço, depois das confusões do apoio brasileiro ao Irã. E um recomeço com uma simbologia forte, pelo fato - bastante incomum - de que o presidente americano Barack Obama se dispôs a vir ao Brasil antes que a presidente Dilma Rousseff o visitasse em Washington. São esses os pontos de destaque na passagem de Obama pelo País, na avaliação de dois ex-chanceleres brasileiros, Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer.

"Obama vir primeiro é uma raridade. Ele manda, com esse gesto, um sinal de disposição para a mudança, assim como a presidente Dilma Rousseff já tinha feito ao mudar a postura brasileira a respeito dos direitos humanos no Irã", afirma Lampreia, que comandou o Itamaraty no governo FHC, entre 1995 e 2001.

Para Lafer, que foi chanceler por duas vezes também durante o governo Fernando Henrique, em 1992 e 2002, há um recomeço porque não se trata mais da diplomacia pessoal que, nos últimos oito anos, se tornou um estilo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Ela é mais institucionalizada, mostrou disposição para uma maior afinidade", adverte o ex-chanceler. Acabou a fase do que ele chama de "diplomacia de combate", mais ideológica, com forte influência do assessor de Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia. "A diplomacia de Dilma será outra. Vai ser a defesa dos interesses brasileiros, mas sem se colocar uma posição ideológica", resume Lafer.

Se as simbologias políticas são um bom prenúncio, Lampreia não descarta as discussões na área da economia. O pano de fundo do encontro de hoje em Brasília são dificuldades financeiras sérias dos dois países, cada um por suas razões. No caso brasileiro, Dilma está adiando a decisão sobre a compra dos novos caças, para segurar o orçamento -

assunto em que os EUA, com o modelo F-18, têm grande interesse.

As conversas dos dois talvez incluam, segundo Lampreia, o anúncio de um grande financiamento, coisa de US\$ 1 bilhão, para a compra de tecnologia na área do pré-sal. Também pode haver avanços na pesquisa de biocombustível. "Há um projeto para o chamado clean sky, céu limpo, que está sendo desenvolvido pelos dois países, para se chegar a um tipo especial de querosene menos poluente", acrescenta.

Pouca mudança. Para o historiador Marco Antonio Villa, as expectativas de "uma nova fase" nas relações dos dois países podem esbarrar no que ele chama de "fracasso" do **Brasil** em seu primeiro teste - o voto de abstenção, dado na quinta-feira à noite, na votação do Conselho de Segurança da ONU sobre as medidas contra o governo Muamar Kadafi, na Líbia. Esse voto, dado na véspera da viagem de Obama, pode até ser objeto de conversas do americano no Planalto. "Parece que o Itamaraty não passou nesse primeiro teste, de votação na ONU." Isso mostra, segundo ele, que "nova política não há, apenas umas leves mudanças de tonalidade, e isso pode ser pouco para novas relações".

Nos negócios, acrescenta, a conversa será normal: acordos sempre existem nessas viagens. "Mas os EUA sabem que a China é hoje o grande parceiro do Brasil, da Argentina e de outros vizinhos. Assim, é preciso olhar esses países com mais atenção."

No mais, diz Villa, Obama "é o rei da mídia", que já fez grandes discursos em Praga e no Cairo. "Essas visitas são midiáticas, ele faz isso bem e quer retomar essa imagem na hora em que se começa a falar em reeleição por lá."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO EM VISITA SIMBÓLICA AO BRASIL, OBAMA QUEBRA INÉRCIA BILATERAL APÓS OITO ANOS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente dos EUA já manifestou interesse em parceria comercial com o País no fornecimento de petróleo num momento de grave crise e instabilidade política no Oriente Médio; para americanos, chegada de Dilma ao poder oferece uma nova visão na diplomacia

O Estado de S.Paulo

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, desembarca hoje no Brasil para uma visita marcada pelo simbolismo e pela expectativa de melhora nas relações políticas e econômicas entre os dois países.

Diferentemente do que ocorreu há quatro anos, quando o então presidente dos EUA George W. Bush fez do etanol o motivo principal de sua vinda ao País, agora o petróleo estará no centro das negociações. Diante da crise no Oriente Médio, o governo norte-americano vê benefícios econômicos e políticos na transformação do Brasil em grande fornecedor de petróleo. Há, ainda, o interesse futuro pelo pré-sal.

O simbolismo político da visita reside, sobretudo, no fato de pela primeira vez um presidente dos EUA desembarcar no Brasil antes que o chefe de Estado brasileiro já tenha pisado

oficialmente em território norte-americano. Os frutos econômicos, concordam empresários, historiadores e economistas, não serão imediatos, mas o momento é de aprofundar a interlocução bilateral.

Na visão americana, a chegada de Dilma ao poder alterou a visão da diplomacia brasileira. Se para o antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, a prioridade era a relação sul-sul, a presidente tem não só uma diferente abordagem em relação a direitos humanos como outra prioridade na agenda. "Com Dilma, os interesses econômicos devem dominar a agenda de política externa", opinou Christopher Garman, da agência de risco político Eurasia. Além da comitiva de empresários e de integrantes de seu primeiro escalão, Obama chega hoje a Brasília acompanhado da mulher, Michelle, e das filhas, onde se reúne com Dilma e participa de um almoço com ministros, diplomatas e outras autoridades.

Depois, segue para o Rio, onde visitará o Corcovado e a favela Cidade de Deus. No encontro de cúpula hoje, no Palácio do Planalto, a expectativa é de superação dos últimos oito anos de inércia na relação bilateral.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO O FÓRUM DE CEOS CHEGOU EM BOA HORA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O aumento da capacidade de consumo de milhões de brasileiros e a crise financeira de 2008 tornaram o Brasil ainda mais atraente para os produtos americanos

Fernando PIMentel - O Estado de S.Paulo

Há pouco mais de três anos ocorria a primeira reunião do Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos, em Brasília. Sob a perspectiva da centenária relação diplomática e comercial entre os dois países, uma iniciativa tão recente de aproximação entre representantes de grandes empresas poderia parecer tardia. Mas os resultados obtidos e o caráter promissor dos debates realizados nesse Fórum justificam plenamente sua formação em 2007, com a participação efetiva da então ministra e hoje presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

A data coincide com a aceleração do movimento de internacionalização das grandes companhias brasileiras e do processo de mobilidade social, ambos proporcionados por uma década e meia de estabilidade econômica. Entre 2003 e 2010, as empresas nacionais anunciaram investimentos de US\$ 2,5 bilhões nos EUA. Ao final de 2008, as subsidiárias americanas de empresas pertencentes a brasileiros já empregavam 42 mil pessoas.

Aqui, o aumento da capacidade de consumo de milhões de brasileiros e a crise financeira de 2008 tornaram o Brasil ainda mais atraente para os produtos americanos. Para se ter uma ideia do crescimento desse mercado, em 2010 as exportações de produtos "made in USA" para o Brasil aumentaram 35%.

O Fórum surgiu, portanto, no momento em que a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos começava a diminuir - não se leia aqui que alcançamos ou estamos próximos do equilíbrio. Mas é fato que o poder de negociação do Brasil, sua capacidade de influenciar nas decisões, é proporcional ao aumento de sua importância para o crescimento das empresas americanas. Por essas razões, o Fórum tem importância efetiva. Mais do que teria quando o Brasil era simplesmente um grande vendedor de

produtos para os EUA ou dependia de recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A missão do grupo é propor ações aos governos que fortaleçam as relações bilaterais. O governo brasileiro reconhece, por exemplo, os esforços dos CEOs em defender uma solução favorável aos dois países no "Contencioso do Algodão". Esse objetivo foi alcançado com o acordo assinado em junho de 2010. Também esteve na pauta a facilitação na concessão de vistos de turismo e trabalho. Sem desconhecer tratativas anteriores à criação do Fórum, a validade dos vistos passou de cinco para dez anos.

Agora, deve constar da pauta dos CEOs a parceria entre o Eximbank e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar projetos comuns em terceiros países - notadamente na África - e ações na área de educação e qualificação profissional que permitam a troca de conhecimento tecnológico e o acesso de brasileiros às boas universidades americanas. Deve-se manter a busca de um acordo sobre a troca de informações tributárias, o primeiro passo na construção do tratado para o fim da dupla tributação.

A harmonização da legislação tributária dos dois países é difícil, mas tem de ser perseguida com a mesma determinação com que se buscou o acordo previdenciário em vias de ser assinado. Por ele, americanos e brasileiros que tenham contribuído com a Previdência do país estrangeiro poderão contar com essa contribuição no momento em que decidirem se aposentar. Nesse caso, as quantias recolhidas serão remetidos para o caixa do sistema previdenciário que pagará o benefício.

O momento desta sexta reunião é estimulante. O superávit americano no comércio bilateral (US\$ 7,7 bilhões em 2010) precisa ser enfrentado. Para revertê-lo temos desafios internos, mas não pode escapar aos CEOs a discussão sobre as barreiras ao acesso de produtos brasileiros ao mercado americano pela aplicação de direitos antidumping, tarifas elevadas, restrições fitossanitárias e subsídios ao setor agrícola, entre outras. O

Fórum tão recente, mas que já tem tantos créditos, há de continuar trabalhando com as autoridades do Brasil e dos EUA em favor da prosperidade de dois parceiros históricos.

MINISTRO DO **DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO** EXTERIOR. FOI PREFEITO DE BELO HORIZONTE (2003-2008)

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Vandalismo continua em obra de Jirau		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mesmo com a presença da Força Nacional de Segurança nas obras da Hidrelétrica de Jirau, um alojamento foi incendiado ontem por cinco pessoas, relata o enviado especial Leonencio Nossa. O clima é de tensão no principal canteiro do Programa de Aceleração do Crescimento na Amazônia. Desde terça-feira, operários já queimaram 50 ônibus, 10 carros, refeitórios, caixas eletrônicos e escritórios do complexo.

Novo tumulto acirra tensão em Jirau

Presença de homens da Força Nacional de Segurança não impediu que grupo de cinco pessoas ateasse fogo no alojamento da Enesa Engenharia

Leonencio Nossa - O Estado de S.Paulo

Mesmo com a presença de homens da Força Nacional de Segurança nas obras da Hidrelétrica de Jirau, o alojamento da empresa Enesa Engenharia S/A foi incendiado no início da tarde de ontem por um grupo de cinco pessoas.

O clima é de tensão no principal canteiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia desde terça-feira, início de um movimento de funcionários da construtora Camargo Corrêa, responsável pelo empreendimento, que já queimou 50 ônibus, 10 carros, refeitórios, caixas eletrônicos, lanchonetes e escritórios do complexo.

Uma assessoria de imprensa contratada pela Camargo Corrêa organizou um tour pelas áreas destruídas na terça-feira e na quinta-feira para mostrar o clima de "tranquilidade" nos canteiros, quando o incêndio começou. Alguns funcionários da Enesa chegaram a dizer que um curto circuito tinha sido a causa do fogo. Duas funcionárias, porém, disseram ter visto uma picape passar pelo local com cinco homens na carroceria.

A Enesa tinha paralisado os trabalhos depois do quebra-quebra de quinta-feira. "O fogo no alojamento começou 30 minutos depois de reiniciarmos os trabalhos", contou o responsável pela segurança do alojamento, Antônio Cruz. O mestre de transporte da empresa, Sadinoel de Lima,

relatou que, na noite anterior, operários contratados pela Camargo Corrêa escondidos na mata em volta do canteiro ameaçaram incendiar as instalações da Enesa se a empresa voltasse a trabalhar. "Foi um ato criminoso."

À noite, a polícia prendeu dois operários suspeitos de incendiar o alojamento da Enesa. Os presos negaram participação no incidente, mas foram levados para uma prisão no centro de Porto Velho. Pelo menos 14 pessoas já foram detidos até agora, alguns apresentaram marcas de tiros de borracha na barriga e nas pernas.

Tensão. Desde a semana passada, o clima era tenso em Jirau, quando os funcionários da Camargo Corrêa organizavam uma greve para reclamar do valor das cestas básicas, das horas extras e da truculência dos "cachimbos" (encarregados), motoristas de ônibus e seguranças.

Na madrugada de quinta-feira, homens com os rostos cobertos por camisas quebraram alojamentos da Camargo Corrêa e da Jauru, separados pelo Rio Madeira. "Um lado era o rio e o outro, mata pura, não tinha para onde correr", relatou Gilmar da Silva Fernandes, 32 anos, de Imperatriz, no Maranhão.

O operário também maranhense João Silva Cabral, 30 anos, da Jauru Engenharia, conta que os funcionários da terceirizada, ao saberem da quebradeira, pediram para sair do complexo, mas não havia transporte.

A empresa teve de fretar ônibus, pois sua frota havia sido incendiada. Mesmo se tivesse em boas condições, os 50 ônibus que estavam no canteiro de Jirau não seriam suficientes para retirar cerca de 20 mil operários.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO O Fórum de CEOs chegou em boa hora :: Fernando PIMentel		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O aumento da capacidade de consumo de milhões de brasileiros e a crise financeira de 2008 tornaram o Brasil ainda mais atraente para os produtos americanos

Fernando PIMentel - O Estado de S.Paulo

Há pouco mais de três anos ocorria a primeira reunião do Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos, em Brasília. Sob a perspectiva da centenária relação diplomática e comercial entre os dois países, uma iniciativa tão recente de aproximação entre representantes de grandes empresas poderia parecer tardia. Mas os resultados obtidos e o caráter promissor dos debates realizados nesse Fórum justificam plenamente sua formação em 2007, com a participação efetiva da então ministra e hoje presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

A data coincide com a aceleração do movimento de internacionalização das grandes companhias brasileiras e do processo de mobilidade social, ambos proporcionados por uma década e meia de estabilidade econômica. Entre 2003 e 2010, as empresas nacionais anunciaram investimentos de US\$ 2,5 bilhões nos EUA. Ao final de 2008, as subsidiárias americanas de empresas pertencentes a brasileiros já empregavam 42 mil pessoas.

Aqui, o aumento da capacidade de consumo de milhões de brasileiros e a crise financeira de 2008 tornaram o Brasil ainda mais atraente para os produtos americanos. Para se ter uma ideia do crescimento desse mercado, em 2010 as exportações de produtos "made in USA" para o Brasil aumentaram 35%.

O Fórum surgiu, portanto, no momento em que a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos começava a diminuir - não se leia aqui que alcançamos ou estamos próximos do equilíbrio. Mas é fato que o poder de negociação do Brasil, sua capacidade de influenciar nas decisões, é proporcional ao aumento de sua importância para o crescimento das empresas americanas. Por essas razões, o Fórum tem importância efetiva. Mais do que teria quando o Brasil era simplesmente um grande vendedor de produtos para os EUA ou dependia de recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A missão do grupo é propor ações aos governos que fortaleçam as relações bilaterais. O governo brasileiro reconhece, por exemplo, os esforços dos CEOs em defender uma solução favorável aos dois países no "Contencioso do Algodão". Esse objetivo foi alcançado com o acordo assinado em junho de 2010. Também esteve na pauta a facilitação na concessão de vistos de turismo e trabalho. Sem desconhecer tratativas anteriores à criação do Fórum, a validade dos vistos passou de cinco para dez anos.

Agora, deve constar da pauta dos CEOs a parceria entre o Eximbank e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar projetos comuns em terceiros países - notadamente na África - e ações na área de educação e qualificação profissional que permitam a troca de conhecimento tecnológico e o acesso de brasileiros às boas universidades americanas. Deve-se manter a busca de um acordo sobre a troca de informações tributárias, o primeiro passo na construção do tratado para o fim da dupla tributação.

A harmonização da legislação tributária dos dois países é difícil, mas tem de ser perseguida com a mesma determinação com que se buscou o acordo previdenciário em vias de ser assinado. Por ele, americanos e brasileiros que tenham contribuído com a Previdência do país estrangeiro poderão contar com essa contribuição no momento em que decidirem se aposentar. Nesse caso, as quantias recolhidas serão remetidas para o caixa do sistema previdenciário que pagará o benefício.

O momento desta sexta reunião é estimulante. O superávit americano no comércio bilateral (US\$ 7,7 bilhões em 2010) precisa ser enfrentado. Para revertê-lo temos desafios internos, mas não pode escapar aos CEOs a discussão sobre as barreiras ao acesso de produtos brasileiros ao mercado americano pela aplicação de direitos antidumping, tarifas elevadas, restrições fitossanitárias e subsídios ao setor agrícola, entre outras. O Fórum tão recente, mas que já tem tantos créditos, há de continuar trabalhando com as autoridades do Brasil e dos EUA em favor da prosperidade de dois parceiros históricos.

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO EXTERIOR. FOI PREFEITO DE BELO HORIZONTE
(2003-2008)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO “FOGO AMIGO” NA ECONOMIA OBRIGA DILMA A INTERVIR E APAZIGUAR CLIMA NA EQUIPE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SHEILA D'AMORIM

VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

O medo de perder o controle sobre a inflação gerou a primeira crise na equipe econômica do governo Dilma Rousseff. A dificuldade em orientar as expectativas do mercado financeiro expôs o Banco Central, deixou o Ministério da Fazenda sob ataques do fogo amigo e obrigou a presidente a romper o silêncio para reafirmar publicamente o controle de preços como prioritário na gestão.

As declarações de Dilma, dadas ao jornal "Valor Econômico", tentam colocar a casa em ordem num momento em que cresçam no mercado questionamentos sobre a atuação do BC e, nos bastidores do governo, surgiam boatos sobre insatisfações da presidente com o ministro Guido Mantega (Fazenda).

Segundo a Folha apurou, o clima ficou ruim por causa da publicação de notícias destacando a força que Tombini estaria conquistando dentro da equipe econômica. Mantega não gostou. Tombini soube e tratou de ligar para o colega de Ministério e para a presidente e acabar com qualquer constrangimento.

À frente do BC há três meses, Tombini faz questão de demonstrar que tem perfil bem diferente do antecessor.

Avesso a reuniões restritas a investidores considerados formadores de opinião, contrariou interesses ao bancar um aumento dos juros de 0,5 ponto percentual, em vez do esperado 0,75 ponto.

Também deixou claro que a taxa de juros não será o único instrumento para o controle da inflação e que lançará mão de outras medidas de contenção do crédito.

Assessores próximos ao ministro da Fazenda identificam o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) como o maior crítico de Mantega dentro e fora do governo.

Apesar das divergências econômicas, Palocci evita a imagem de que está em atrito. Mas ele e Dilma consideraram infelizes as afirmações de Mantega de que o ajuste fiscal não tem como objetivo maior combater a inflação.

Avaliaram que foi uma negação ao fato de que a alta da inflação também está relacionada ao aquecimento da demanda interna.

As divergências não são encaradas como um problema pela presidente, que não gosta de ver o debate interno ganhar o noticiário e ser alimentado por sua equipe.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Amazonas sedia 7% do total de empresas japonesas no Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Portal Amazônia, com informações da Agência Brasil

MANAUS - Aproximadamente 7% do total de 350 empresas japonesas no Brasil estão instaladas no Amazonas. Após o temor do reflexo da catástrofe que atingiu o Japão nos últimos dias atingir as indústrias no Brasil, a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) chegou a pensar em aumentar as remessas de lucro das filiais às matrizes. A medida seria uma alternativa rápida para cobrir os estragos causados pela tragédia.

De acordo com o consultor de empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), Teruaki Yamagishi, o esforço de recuperação ocorrerá por parte do governo japonês e não das filiais sediadas em outros países. “Não acredito em

aumento de remessa de lucro por parte das empresas que estão no Brasil. Eu acredito que o governo vá cobrir os prejuízos sofridos”, disse. No entanto, a situação é instável. “Estamos preocupados já que grandes empresas estão paralisadas. Ainda não podemos avaliar uma solução de forma definitiva já que os terremotos continuam acontecendo”, completou.

Segundo a Embaixada do Japão no Brasil, além da concentração de empresas no Amazonas, São Paulo reúne 59% das companhias, seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais, com 16% e 10%, respectivamente.

	VEÍCULO PORTOS E NAVIOS		EDITORIA
	TÍTULO Camex avalia guerra fiscal na <u>importação</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) **acatou pedido do setor privado para tentar dar fim à guerra fiscal entre Estados que isentam a entrada de produtos importados. De acordo com o ministro Fernando PIMentel, cerca de seis Estados dão isenção de ICMS aos bens importados que chegam a seus portos e aeroportos, causando distorções para a indústria nacional.**

Segundo PIMentel, foi encaminhado um pedido de estudo ao Ministério da Fazenda. "A ideia é que o Governo Federal, de alguma forma, consiga agir para impedir essa distorção. Já existe um projeto de lei no Senado, mas não sabemos se será por meio de decreto ou medida provisória", afirmou, logo após reunião do Conselho de Ministros da Camex.

A solicitação foi feita pela Conex, conselho consultivo do setor privado, que enviou inclusive uma minuta de decreto, mas PIMentel não quis adiantar detalhes. A legislação do ICMS cabe aos Estados, mas o ministro acredita que o Governo Federal pode intervir. No total, são 18 Estados que oferecem benefícios aos importadores.

A Conex enviou solicitação para aproveitamento de crédito tributário para exportação. A proposta é que o crédito de exportação seja usado para pagar tributos correntes, inclusive contribuição previdenciária sobre salários.

Fonte: Valor Econômico/Fernando Travaglini | De Brasília

	VEÍCULO JORNAL DIA A DIA		EDITORIA
	TÍTULO Desabastecimento de peças japonesas preocupa, admite governo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CIRILO JUNIOR

DO RIO

O governo já ligou o sinal de alerta sobre o fornecimento de peças e partes de eletroeletrônicos comprados do Japão. O secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira, disse nesta quinta-feira que empresas da **Zona Franca** de **Manaus** manifestaram preocupação a respeito de um possível desabastecimento nas próximas semanas.

Reconstrução do Japão elevará preço do ferro, afirma Lobão

Vale nega que venda de minério foi afetada por crise no Japão

"Eles já disseram que estão preocupados com o risco de faltar componentes. Mas ainda não está faltando nada", afirmou, depois de participar de evento relativo ao lançamento de um programa de inovação para o setor sucroalcooleiro, que terá R\$ 1 bilhão entre 2011 e 2014 do **BNDES** e da Finep.

A tendência é que essas empresas tenham que buscar essas peças em outros países, indicou Teixeira. Segundo ele, o Japão é o segundo principal parceiro comercial do **Brasil** na Ásia, atrás apenas da China.

Ele revelou certa apreensão com o fato de a **produção** automobilística japonesa estar funcionando de forma bastante precária.

"É uma questão que terá que ser equacionada. Certamente, terá efeitos na **produção** mundial", observou.

MINÉRIO DE FERRO

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou nesta quinta-feira que o preço do minério de ferro poderá aumentar no momento em que o Japão se recuperar do desastre que assolou parte do país.

"Vai ser necessário reconstrução de grande área do Japão. Essa reconstrução exigirá, sobretudo, minério de ferro para fazer as obras. Imagino que o preço possa se elevar um pouco", disse.